

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO



## ADITAMENTO AO COMUNICADO

Mais recentemente, os mesmos órgãos noticiosos já referidos no comunicado tornado público, tomaram por alvo a operação realizada pelo Instituto Português de Cinema relativa ao Cinema "Nimas" e a aquisição dum imóvel destinado à instalação da Cinemateca Nacional e de outros Serviços.

Uma apreciação objectiva não poderá, porém, deixar de reconhe cer o interesse público e nacional do primeiro dos indicados actos, já por tantas vezes recomendado, e que se insere nos propósitos de facultar à exibição dos filmes portugueses e, de um modo geral, dum certo cinema de qualidade, que as exibidoras mostram relutância em assegurar, uma sala para quefeito Futuro

Além do mais, a transacção não representa um encargo real para o Estado na medida em que se trata de transferir a participação dum órgão do Estado para outro (isto é, da RTP para o IPC).

Compreende-se que à maior parte das exibidoras a ideia não agrade. O que se compreende menos bem é que os citados órgãos de informação venham identificar com o tal interesse público os interesses privados daquelas empresas, orientados para a eliminação ou redução das taxas e outros encargos que uma lei — cuja paternidade não pertence ao actual Governo — os obriga a pagar.

Estas empresas, que devem ao IPC muito perto de <u>duzentos mil</u> <u>contos</u>, não têm, naturalmente, nem autoridade moral nem razão jurídica para acusar um orgão ao qual cabe a defesa do cinema como meio de difusão cultural e estética, com destaque para o cinema português.

.../



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO



1 ...

Quanto à compra do edifício acima indicado, trata-se apenas de assegurar a correcta instalação de serviços que de outra mane<u>i</u> ra não podem funcionar, poupando, ainda para mais, encargos decorrentes de rendas que acabariam por se traduzir em soluções mais dispendiosas e igualmente provisórias e inadequadas.

Fundação Cuidar o Futuro